

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

---



# **RELATÓRIO DE CONTAS DO CONSELHO DIRETIVO**

**Ano 2025**

**Março de 2026**

## Nota do Órgão de Gestão

O exercício de 2025 ficou marcado, à semelhança de anos anteriores, pela organização das Jornadas Técnicas Internacionais de Resíduos (JTIR), cuja edição decorreu na Ilha de São Miguel, nos Açores.

A realização deste evento, pela sua complexidade logística, técnica e organizativa, implicou um esforço financeiro relevante por parte da APESB, plenamente justificado pela abrangência técnica e territorial da associação em todo o território nacional.

Neste contexto, o resultado apurado no final do exercício reflete, por um lado, o esforço desenvolvido pela APESB em assegurar a sua presença e atividade em todo o território e, por outro, o investimento contínuo no desenvolvimento técnico da comunidade profissional, bem como o compromisso da associação na promoção e difusão do conhecimento nas áreas das águas residuais e dos resíduos urbanos.

### **Proposta de deliberação do Conselho Directivo da APESB**

Uma vez que as contas ora apresentadas representam a posição verdadeira, fidedigna e real dos factos patrimoniais ocorridos durante o exercício findo de 2025, propõe-se sejam aprovadas e que o resultado líquido do exercício negativo, no montante de 9.370,69€, seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

Do presente relatório de contas do Conselho Directivo para o ano 2025 fazem parte os mapas das demonstrações financeiras e respetivo anexo, bem como a declaração do Conselho Fiscal.

O Conselho Directivo,

Assinado por: **Nidia de Sá Caetano**  
Num. de Identificação: 05663109  
Data: 2026.03.16 17:45:15+00'00'

---

Nídia de Sá Caetano  
(Presidente)

Assinado por: **Pedro Miguel Fontes de Albuquerque Álvaro**  
Num. de Identificação: 09818075  
Data: 2026.03.16 18:45:56+00'00'

---

Pedro Álvaro  
(Vice-Presidente)

Assinado por: **Isabel Paula Lopes Braz**  
Num. de Identificação: 08036516  
Data: 2026.03.16 20:18:50+00'00'

---

Isabel Brás  
(Vice-Presidente)

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL  
PEDRO MARTINS**  
Num. de Identificação: 08942507  
Data: 2026.03.16 18:07:42+00'00'

---

António Martins  
(Vice-Presidente)

Assinado por: **JOÃO FILIPE CRISÓSTOMO DIAS**  
Num. de Identificação: 11250594  
Data: 2026.03.16 16:13:40+00'00'

---

João Dias  
(Tesoureiro)

## RELATÓRIO DE CONTAS DE 2025

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL APESB

NIF: 501062769

Balanço em 31 de dezembro de 2025

(em euros)

Rubrica	Notas	2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<i>Ativo não corrente</i>		0	0
Ativos fixos tangíveis		0	0
Bens do património histórico e cultural		0	0
Ativos intangíveis		0	0
Investimentos financeiros		0	0
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		0	0
Outros créditos e ativos não correntes		0	0
<b>Total ativo não corrente</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<i>Ativo corrente</i>		0	0
Inventários		0	0
Créditos a receber		45311,58	43422,04
Estado e outros entes públicos		0	0
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		0	0
Diferimentos		0	0
Outros ativos correntes		42,25	40
Caixa e depósitos bancários		296650,63	309832,84
<b>Total ativo corrente</b>		<b>342004,46</b>	<b>353294,88</b>
<b>Total ativo</b>		<b>342004,46</b>	<b>353294,88</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<i>Fundos Patrimoniais</i>		0	0
Fundos		77679,73	77679,73
Excedentes técnicos		0	0
Reservas		0	0
Resultados transitados		273156,88	242326,15
Excedentes de revalorização		0	0
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		0	0
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-9370,69</b>	<b>30830,73</b>
Dividendos antecipados		0	0
Interesses que não controlam		0	0
<b>Total fundos patrimoniais</b>		<b>341465,92</b>	<b>350836,61</b>
<i>Passivo</i>		0	0
<i>Passivo não corrente</i>		0	0
Provisões		0	0
Provisões específicas		0	0
Financiamentos obtidos		0	0
Outras dívidas a pagar		0	0
<b>Total passivo não corrente</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<i>Passivo corrente</i>		0	0
Fornecedores		33,65	1877,64
Estado e outros entes públicos		425,63	390,63
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros		0	0
Financiamentos obtidos		0	0
Diferimentos		0	0
Outros passivos correntes		79,26	190
<b>Total passivo corrente</b>		<b>538,54</b>	<b>2458,27</b>
<b>Total passivo</b>		<b>538,54</b>	<b>2458,27</b>
<b>Total fundos patrimoniais e passivo</b>		<b>342004,46</b>	<b>353294,88</b>

Contabilista Certificada  
N.º 40240



A Direcção

Assinado por: **Nidia de Sá Caetano**  
Num. de Identificação: 05663109  
Data: 2026.03.16 17:43:41+00'00'

Assinado por: **Pedro Miguel Fontes de Albuquerque Álvaro**  
Num. de Identificação: 09818075  
Data: 2026.03.16 18:48:25+00'00'

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL  
PEDRO MARTINS**  
Num. de Identificação: 08942507  
Data: 2026.03.16 18:05:38+00'00'

Assinado por: **Isabel Paula Lopes Braz**  
Num. de Identificação: 08036516  
Data: 2026.03.16 20:16:40+00'00'

Assinado por: **JOÃO FILIPE CRISÓSTOMO DIAS**  
Num. de Identificação: 11250594  
Data: 2026.03.16 16:12:52+00'00'

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL APESB

NIF: 501062769

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2025

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados		45762,5	101758,36
Subsídios, doações e legados à exploração		0	0
Variação nos inventários da produção		0	0
Trabalhos para a própria entidade		0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0	0
Fornecimentos e serviços externos		-26754,01	-37892,69
Gastos com o pessoal		-22068,19	-28453,67
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)		0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0	0
Provisões (aumentos / reduções)		0	0
Provisões específicas (aumentos / reduções)		0	0
Outras imparidas (perdas/reversões)		0	0
Aumentos / reduções de justo valor		0	0
Outros rendimentos		1941,75	5287,71
Outros gastos		-8252,74	-9868,98
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>-9370,69</b>	<b>30830,73</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		0	0
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)</b>		<b>-9370,69</b>	<b>30830,73</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0
Juros e gastos similares suportados		0	0
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-9370,69</b>	<b>30830,73</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0	0
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-9370,69</b>	<b>30830,73</b>

Contabilista Certificada  
N.º 40240

*Luís António*

A Direcção

Assinado por: **Nidia de Sá Caetano**

Num. de Identificação: 05663109

Data: 2026.03.16 17:45:15+00'00'

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL**

**PEDRO MARTINS**

Num. de Identificação: 08942507

Data: 2026.03.16 18:07:42+00'00'

Assinado por: **Pedro Miguel Fontes de Albuquerque Álvaro**

Num. de Identificação: 09818075

Data: 2026.03.16 18:45:56+00'00'

Assinado por: **Isabel Paula Lopes Braz**

Num. de Identificação: 08036516

Data: 2026.03.16 20:18:50+00'00'

Assinado por: **JOÃO FILIPE CRISOSTOMO DIAS**

Num. de Identificação: 11250594

Data: 2026.03.16 16:13:40+00'00'

APESB-ASSOCIAÇÃO PORT.DE ENG.SANITÁRIA E AMBIENTAL  
501062769

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**  
DEZEMBRO 2025

	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2025	2024
<b>Fluxo de caixa das actividades operacionais-método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		48 797,93	113 562,82
Pagamento de subsídios			
Pagamento de apoios			
Pagamento de bolsas			
Pagamentos a Fornecedores		(39 780,12)	(47 506,99)
Pagamentos ao Pessoal		(16 316,38)	(21 511,38)
Caixa gerada pelas operações		(7 298,57)	44 544,45
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(5 883,64)	(16 680,57)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(13 182,21)	27 863,88
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(13 182,21)	27 863,88
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		309 832,84	281 968,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período		296 650,63	309 832,84

Contabilista Certificada  
N.º 40240



A Direcção

Assinado por: **Nidia de Sá Caetano**  
Num. de Identificação: 05663109  
Data: 2026.03.16 17:44:26+00'00'

Assinado por: **Pedro Miguel Fontes de Albuquerque Alvaro**  
Num. de Identificação: 09818075  
Data: 2026.03.16 18:47:12+00'00'

Assinado por: **Isabel Paula Lopes Braz**  
Num. de Identificação: 08036516  
Data: 2026.03.16 20:17:45+00'00'

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL PEDRO MARTINS**  
Num. de Identificação: 08942507  
Data: 2026.03.16 18:06:44+00'00'

Assinado por: **JOÃO FILIPE CRISÓSTOMO DIAS**  
Num. de Identificação: 11250594  
Data: 2026.03.16 16:14:02+00'00'

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL PARA O PERÍODO CONTABILÍSTICO DE 2025**

### **NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

#### **1.1 - Designação da entidade**

Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental

#### **1.2 - Sede**

Av. Brasil, n.º 101, em Lisboa

#### **1.3 - Natureza da atividade**

Entidade nacional especialmente vocacionada para o estudo, a análise e o debate de temas no âmbito da Engenharia Sanitária e Ambiental, nomeadamente, o abastecimento público de água, a drenagem, o tratamento e a disposição final de resíduos sólidos, a disponibilidade e qualidade da água nas origens e o impacto do saneamento básico na saúde pública, no sentido de contribuir para a concretização de soluções tecnicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente adequadas e ambientalmente sustentáveis.

Estimular o intercâmbio técnico-científico, incluindo a transferência tecnológica e a formação, contribuindo assim para o progresso científico e tecnológico no domínio da Engenharia Sanitária e Ambiental, a nível nacional e internacional.

Contribuir para a defesa e valorização do ambiente, do património natural e da conservação da natureza.

### **NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1 - As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo).

Sem prejuízo da aplicação da NCRF\_ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante

que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

- Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de «Outras contas a receber», em «Devedores por acréscimos de rendimento». Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidos na rubrica de «Outras Contas a Pagar», em «Credores por acréscimos de gastos».

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de «Diferimentos», em «Rendimentos a reconhecer» ou «Gastos a reconhecer», respetivamente.

- Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF\_ESNL estabeleça uma alteração na apresentação,

e em todos o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

- **Materialidade e agregação**

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

- **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Não se consideram compensações (i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, por exemplo, deduções de obsolescência nos inventários e deduções de dívidas duvidosas nas contas a receber, (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidos ou concedidos, (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

- **Comparabilidade**

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excepcionalmente derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as

mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Entidade.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.  
Não aplicável.

### NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de mensuração da NCRF - ESNL	INICIAL	SUBSEQUENTE
Ativos Fixos Tangíveis	Custo = preço de compra + direitos de importação + impostos de compra não reembolsáveis + custos diretamente atribuíveis de preparação do ativo para o seu uso pretendido + custos de desmantelamento e remoção relacionados com o bem - descontos e abatimentos	Modelo do custo: custo, menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas
Ativos Intangíveis	Custo = preço de compra + direitos de importação + impostos de compra não reembolsáveis + custos diretamente atribuíveis de preparação do ativo para o seu uso pretendido - descontos e abatimentos	Modelo do custo: custo, menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas
Locação Financeira	Os ativos e passivos deverão ser reconhecidos pelo mínimo entre: i) o justo valor do bem e ii) valor dos pagamentos mínimos da locação, ambos determinados no início da locação. Quaisquer custos diretos iniciais do locatário, tais como de negociação e de garantia, são adicionados à	Os pagamentos mínimos da locação financeira devem ser repartidos entre: i) o encargo financeiro imputado a cada período durante o prazo de locação e ii) a redução do passivo pendente. As rendas contingentes reconhecidas como gasto

		quantia reconhecida como ativo.	nos períodos em que foram incorridas.
	Custo de empréstimos obtidos	Regra geral: deverão ser considerados como gastos do período. Quando atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica: podem ser capitalizados como parte do custo desse ativo.	
	Inventários	Fins sociais: Menor entre i) o custo histórico e o ii) custo corrente (quantia que a entidade teria de pagar para comprar inventários equivalentes).	
	Rédito	Justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade.	
	Provisões	Melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço (quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação).	
	Subsídios	Subsídios monetários: quantia nominal	
		Subsídios não monetários: justo valor do ativo não monetário (ou pela quantia nominal quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade)	
	Impostos	Os passivos/ativos por impostos correntes dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga/recuperada de/às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço (método do imposto a pagar), não sendo contabilizados impostos diferidos.	
Instrumentos Financeiros	Clientes, fornecedores, contas a receber e a pagar e empréstimos bancários	Custo menos perdas por imparidade	
	Instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado	Justo valor através de resultados	

Benefícios dos empregados	Benefícios a curto prazo: quantia não descontada de benefícios a curto prazo que se espera seja paga (custo da obrigação) Benefícios de cessação de emprego: reconhecimento como gasto imediato Outros benefícios nomeadamente pós-emprego e a longo prazo: NCRF 28
---------------------------	---

### 3.2 - Principais pressupostos relativos ao futuro

Não há matéria relevante a reportar.

### 3.3 - Principais fontes de incerteza das estimativas

Não aplicável.

## **NOTA 4 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

Durante o período de 2025, não se procedeu a qualquer alteração de política contabilística nem se detetaram quaisquer erros nas estimativas que foram levadas em consideração para as presentes demonstrações financeiras.

## **NOTA 5 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

As divulgações pertinentes serão apresentadas por cada classe de ativos fixos tangíveis, considerando-se como tal, um agrupamento de ativos de natureza e uso semelhantes nas operações da entidade. Será seguida a classificação do CC-ESNL, Código de Contas para as Entidades do Sector Não Lucrativo, que nomeadamente apresenta os mesmos, segundo uma classificação em três grupos:

- Bens do domínio público
- Bens do património histórico, artístico e cultural
- Outros ativos fixos tangíveis

Os bens do domínio público são aqueles de que a entidade é administrante ou concessionária conforme definido na legislação em vigor.

Os bens do património histórico, artístico e cultural são i) todos aqueles do domínio privado que cumpram as condições exigidas por lei para a classificação dos bens como património histórico, de interesse artístico, histórico, arqueológico, etnográfico, científico ou técnico, assim como ii) o património documental e bibliográfico, arquivos (conjuntos orgânicos de documentos reunidos pelas pessoas jurídicas, públicas ou privadas, no exercício das suas atividades, ao serviço da sua utilização para a investigação, a cultura, a informação e a gestão administrativa), bibliotecas, museus, (conjuntos ou coleções de valor histórico, artístico, científico e técnico ou de qualquer outra natureza cultural).

### 5.1 - Divulgações:

5.1.1 - Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

No reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis devem ser mensurados pelo custo, nele se compreendendo i) o respetivo preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para que sejam capazes de funcionar da forma pretendida, e iii) a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo modelo do custo, deduzidos de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

5.1.2 - Métodos de depreciação usados

O método de depreciação usado é o da linha recta.

5.1.3 - Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortizações médias. Em 2025 não existiram depreciações.

Activos Fixos Tangíveis	Vida Útil	Taxa de Amortização

5.1.4 - Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período

Início do período	Quantia Bruta Escriturada	Depreciação acumulada

5.1.5 - Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural

Não há ativos fixos desta natureza.

5.1.6 - Existência e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos

Não se aplica.

5.1.7 - Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

Não se aplica.

5.2 - Itens do ativo fixo tangível expresso por quantias revalorizadas

Não se aplica.

**NOTA 6 - ACTIVOS INTANGÍVEIS**

Não se aplica. A entidade não possui ativos intangíveis.

### **NOTA 7 - LOCAÇÕES**

Não se aplica. A entidade não tem qualquer contrato de locação.

### **NOTA 8 - CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**

A política contabilística adoptada tem como tratamento de referência que os empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período incorrido.

### **NOTA 9 - INVENTÁRIOS**

Não se aplica.

### **NOTA 10 - RÉDITO**

10.1 - Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

Apenas se contempla neste período a política contabilística para os Juros que seguem o regime do acréscimo.

10.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

- i) Venda de bens - Não houve.
- ii) Quotas, inscrições congresso e apoios - € 45.762,50
- iii) Juros - € 1.941,67
- iii) Outros rendimentos € 0,08

### **NOTA 11 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES**

Não se aplica.

### **NOTA 12 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS**

12.1 - Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

12.2 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha directamente beneficiado

Não aplicável.

12.3 - Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas

Não aplicável.

12.4 - Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades:

Não aplicável.

### **NOTA 13 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO**

Toda e qualquer transação efetuada em moeda estrangeira foi convertida à taxa de câmbio do contravalor do extrato bancário.

### **NOTA 14 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento prescrito pela NCRF-ESNL é o método do imposto a pagar.

### **NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Não se aplica.

### **NOTA 16 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

16.1 - Número médio de empregados durante o período

No período de 2025, o número médio de empregados foi de 1.

16.2 - Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro de 2025.

O número de membros dos órgãos diretivos é 10, sendo 2 membros da Assembleia Geral, 5 membros do Conselho Diretivo e 3 membros do Conselho Fiscal.

16.3 - Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos

Os órgãos diretivos não recebem qualquer remuneração pelos seus cargos

Contabilista Certificado N.º 40240



O Conselho Directivo,

Assinado por: **Nidia de Sá Caetano**  
Num. de Identificação: 05663109  
Data: 2026.03.16 17:45:15+00'00'

---

**Nidia de Sá Caetano**  
(Presidente)

Assinado por: **Pedro Miguel Fontes de Albuquerque Álvaro**  
Num. de Identificação: 09818075  
Data: 2026.03.16 18:45:56+00'00'

---

**Pedro Álvaro**  
(Vice-Presidente)

Assinado por: **Isabel Paula Lopes Braz**  
Num. de Identificação: 08036516  
Data: 2026.03.16 20:18:50+00'00'

---

**Isabel Brás**  
(Vice-Presidente)

Assinado por: **ANTÓNIO MANUEL  
PEDRO MARTINS**  
Num. de Identificação: 08942507  
Data: 2026.03.16 18:07:42+00'00'

---

**António Martins**  
(Vice-Presidente)

Assinado por: **JOÃO FILIPE CRISÓSTOMO DIAS**  
Num. de Identificação: 11250594  
Data: 2026.03.16 16:13:40+00'00'

---

**João Dias**  
(Tesoureiro)

## PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O EXERCÍCIO DE 2025

Nos termos do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos formular o parecer sobre o Relatório e Contas da APESB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental, apresentadas pelo Conselho Diretivo relativamente ao exercício do ano 2025.

O Relatório do Conselho Diretivo e a Demonstração de resultados mostram com clareza a situação da Associação em 31 de dezembro de 2025.

Em face do que antecede, somos do Parecer que merecem aprovação o Relatório de Atividades e Contas do Conselho Diretivo referentes ao exercício do ano 2025.

O Presidente do Conselho Fiscal,

Assinado por: José Carlos Tentugal Valente  
Num. de Identificação: 02726551  
Data: 2026.03.17 22:34:10+00'00'

---

José Carlos Tentugal Valente